

## A ORDENAÇÃO DE CONSTITUINTES NO ENSINO DE PORTUGUÊS

Erotilde Goreti PEZATTI<sup>1</sup>

### RESUMO

Tendo como arcabouço teórico a Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), este estudo trata da ordenação de constituintes na sentença, considerando-a como um dos meios de expressão formal de relações e funções, resultante de princípios pragmáticos e semânticos que determinam a colocação dos elementos na oração. A proposta deste trabalho é chamar a atenção para esse aspecto muito importante da gramática do português, que, entretanto, raramente é tratado em sala de aula. A análise de cinco livros didáticos, aprovados no Programa Nacional do Livro Didático, revela que, de modo geral, a ordenação de constituintes é tratada em tópicos como colocação pronominal, concordância verbal e pontuação, com pouca ou nenhuma sistematização, desconsiderando-se os aspectos pragmáticos que motivam a colocação de constituintes em determinadas posições. Além disso, mesmo no tratamento de figuras de linguagem e de vícios de linguagem, não reservam espaço para o hipérbato, o anacoluto e a anástrofe, que se referem à alteração da ordem canônica. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é mostrar que a posição dos constituintes na oração obedece a determinações primeiramente pragmáticas, depois semânticas e, por último, sintáticas, já que a atividade linguística ocorre necessariamente entre interlocutores em uma dada situação discursiva, o que não pode ser ignorado pela escola, já que, nos PCNs, o que se propõe é o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, possibilitando-lhe a reflexão sobre os diversos mecanismos linguísticos disponíveis na língua, que precisam ser mobilizados adequadamente, na compreensão e produção de textos, nas mais diversas situações de comunicação.

**PALAVRAS-CHAVE:** funcionalismo, ordem de palavras, ensino de gramática, livro didático.

### Introdução

A proposta deste estudo é chamar a atenção para um aspecto muito importante da gramática do português, que, entretanto, raramente é tratado em sala de aula – a ordenação de constituintes na sentença.

---

<sup>1</sup> UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Departamento de Estudos Linguísticos e Literários - Rua Cristóvão Colombo, 2265, CEP: 15054-000 - São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Brasil – [pezatti@sjrp.unesp.br](mailto:pezatti@sjrp.unesp.br)

A consulta a cinco livros didáticos, aprovados no Programa Nacional do Livro Didático, revela que, de modo geral, a ordenação de constituintes é abordada em tópicos como colocação pronominal, concordância verbal e pontuação, com pouca ou nenhuma sistematização, desconsiderando-se os aspectos pragmáticos que motivam a colocação de constituintes em determinadas posições.

Mesmo no tratamento de figuras de linguagem (metáfora, metonímia, antítese, personificação, hipérbole, aliteração, gradação, enumeração, zeugma) e de vícios de linguagem (pleonismo, barbarismos, solecismos), não reservam espaço para o hipérbato, o anacoluto e a anástrofe, que se referem à alteração da ordem dos constituintes, principalmente em estruturas próprias da língua oral.

Outro aspecto observado na consulta aos livros didáticos é que, de modo geral, as orações utilizadas como exemplos estão sempre na denominada ordem direta (SV(O)), seja nas explicações seja nos exercícios. Faraco e Moura (2003), por exemplo, ao tratar do sujeito, em nenhum momento mencionam a possibilidade de ele estar posposto ao verbo, apesar de, na p. 258, num exercício sobre adjuntos adnominais apresentar a oração *Em uma terra radiosa vive um povo triste*. Perdem Faraco e Moura a oportunidade de também abordar a questão da ordem ao falar do adjunto adnominal, exemplificando com a sentença de Mário Quintana *Porto Alegre, antes, era uma grande cidade pequena. Agora, é uma pequena cidade grande* (Faraco; Moura, 2003: 257).

Autores como Travaglia, Rocha e Arruda-Fernandes (2009) afirmam que, no português do Brasil, a ordem canônica (ou seja, a mais usual) é sujeito + verbo + complementos + adjuntos, enquanto Kanashiro (Projeto Araribá, 6ª. série, 2006: 230) declara que a ordem direta está relacionada à anteposição do sujeito ao verbo, e a ordem indireta, à posposição. Cereja e Magalhães (2002), por seu turno, só trazem para discussão a questão da ordenação de constituintes quando tratam da colocação pronominal (8ª. série, p. 277), e da concordância verbal com sujeito composto (Cereja; Magalhães, 2002: 212).

Como se vê, os autores, de modo geral, estabelecem ligação da ordem de palavras com aspectos de escrita formal, principalmente com pontuação e concordância verbal. Quando relacionam a alteração da ordem à mudança de sentido, não esclarecem, no entanto, o tipo de “mudança” e para que serve, ou seja, qual sua função no discurso. Fica claro que os autores intuem que a ordenação de constituintes é um aspecto da gramática, que é uma estratégia discursiva utilizada para alcançar os objetivos

comunicativos do falante/produzidor, mas não têm clareza a que isso serve. Esclarecer essa questão é um dos objetivos deste estudo.

## **1. A ordenação de constituintes em português**

Conforme proposta dos PCNs, a escola deve privilegiar o desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, possibilitando-lhe a reflexão sobre os diversos mecanismos linguísticos disponíveis na língua, que precisam ser mobilizados adequadamente, na compreensão e produção de textos, nas mais diversas situações de comunicação. Sendo assim, não pode ignorar que a atividade linguística ocorre necessariamente entre interlocutores em uma dada situação discursiva.

Isso implica que a gramática deve ser explicada por uma abordagem que leva em conta a natureza situada da comunicação linguística e que apresenta uma explicação da inter-relação entre linguagem e contexto. Assim a variação de forma deve ser explicada em termos de cognição e comunicação humanas, ou seja, as formas assumidas pelos enunciados são variáveis, mas limitadas pelas necessidades comunicativas do usuário. Em outras palavras, os limites de variação na língua são determinados por uma gama de propósitos comunicativos expostos a todos os usuários da língua e por restrições cognitivas a que estão sujeitos.

A ordenação de constituintes na sentença, vista sob o arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008), representa um dos meios de expressão formal de relações e funções, resultante de princípios pragmáticos e semânticos que determinam a colocação dos elementos na oração. Considerar a ordenação de constituintes como um mecanismo de expressão equivale a postular teoricamente sua funcionalidade, de modo que ordens alternativas podem ser usadas em diferentes condições e para diferentes propósitos. Em outras palavras, a posição dos constituintes na oração obedece a determinações primeiramente pragmáticas, depois semânticas e, por último, sintáticas, já que a atividade linguística ocorre necessariamente entre interlocutores em uma dada situação discursiva.

A ordenação dos constituintes é um dos meios de expressar formalmente relações e funções que variam de acordo com as intenções comunicativas do falante, conforme explicitado em Pezatti (2014). Desse modo, a colocação de constituintes na sentença está relacionada ao nível morfossintático, o da expressão, mas é motivada

pelos princípios de Iconicidade, Integridade de Domínio e pela Preservação de Relações de Escopo, conforme se verá adiante.

## **2. Ordem direta e indireta**

No tratamento da ordem de palavras na literatura gramatical, uma questão abordada é a de anteposição e posposição do sujeito ao verbo. Kanashiro (6<sup>a</sup>. série, 2006: 230), adotando a posição da tradição gramatical, considera que a “ordem mais comum em nossa língua” é a *ordem direta*, que corresponde à anteposição do sujeito ao verbo, e a *ordem indireta*, à posposição. Já Travaglia, Rocha e Arruda-Fernandes (8<sup>a</sup>. série, 2009: 89) afirmam que, no português do Brasil, a ordem canônica (ou seja, a mais usual) é sujeito + verbo + complementos + adjuntos.

Ora, a colocação do sujeito antes ou depois do verbo tem, na verdade, motivação pragmática, uma vez que está diretamente relacionada à distribuição da função pragmática Tópico aos constituintes sentenciais. A função Tópico é atribuída a um constituinte para fornecer uma orientação relativa à informação nova a ser apresentada; em outras palavras, o Tópico é um reflexo linguístico de uma instrução para o Destinatário resgatar uma informação no cotexto ou no contexto situacional (Hengeveld Mackenzie, 2008: 92). Dessa maneira, Tópicos contêm informação que pode ser inferida do contexto ou informação que pode ser ativada na memória episódica dos interlocutores. Relaciona-se, portanto, à dimensão Tópico-Comentário. Sentenças que se assentam em um Tópico é denominada na literatura linguística de Construção Categorical Tópico-orientada.

Conforme já observa Pontes (1987), o português se caracteriza como uma língua voltada para o Tópico, uma vez que não há restrição para atribuição da função Tópico aos constituintes sentenciais. O candidato mais natural a essa função é, sem dúvida, o constituinte que morfossintaticamente desempenha a função de Sujeito. Haja vista o equívoco da tradição gramatical ao definir a função sintática sujeito com um critério pragmático “sujeito é sobre o que se fala” e “o predicado é o que se diz do sujeito”. Na verdade, o sujeito só assume a posição inicial da oração, o que se chama de anteposição ou ordem direta, quando é também o Tópico da sentença, como exemplificam (1) e (2).

(1) **Os meninos** estavam entretidos com o carrinho. (Kanashiro, 6<sup>a</sup>. Série, 2006,)

(2) **O Brasil** reserva muitas surpresas ao turista. (Kanashiro, 6ª. série ,2006)

Entretanto, a função Tópico pode ser atribuída a qualquer constituinte oracional, que assumirá impreterivelmente a posição inicial da sentença, uma vez que essa é a maneira de o português marcar essa função pragmática. Assim, podem ser Tópicos constituintes com função sintática de objeto direto, objeto indireto, adjuntos adverbiais e até predicados, conforme respectivamente exemplificam (3), (4), (5) e (6). Esse tipo de estrutura tem sido chamada de *ordem indireta* ou *não canônica*.

(3) **Essas coisas** os leitores mais espertos já sabiam. (Travaglia, Rocha, Arruda-Fernandes, 2009, 9ª. série)

(4) **A todos os bichos que passavam pelo caminho** pedia que a ajudasse. (Travaglia; Rocha; Arruda-Fernandes, , 9ª. Série, 2009)

(5) **À noite**, o trem sempre sai atrasado. (Kanashiro, 6ª. série ,2006)

(6) portanto **apascentar gado** é mais ou menos isto (Moç86:MeniniceMachamba:30)

O português caracteriza-se ainda por permitir, com muita facilidade, a ocorrência de Tópicos Múltiplos, conforme propõem Hengeveld e Mackenzie (2008: 94). Dessa forma, são possíveis construções, como (3), que apresenta os dois indivíduos (*essas coisas* e *os leitores*) sobre os quais se constrói o comentário, ou como (5), que indica tanto o cenário do estado-de-coisas evocado (*à noite*) quanto o indivíduo (*o trem*), que servem de suporte para o comentário.

Como se vê, a colocação de constituintes no início da oração não reflete exatamente uma estratégia de “chamar a atenção para o elemento que fica no início da sentença”, conforme consideram Travaglia, Rocha e Arruda-Fernandes (2009, 9ª. série), mas sim de tomar esse elemento como suporte do comentário que vem a seguir. Na verdade, ao não distinguirem Tópico de saliência, implícito em “chamar a atenção”, os autores desencadeiam uma confusão com outro tipo de estratégia linguística usada pelos falantes para atingir seu objetivo comunicativo, denominada Ênfase, de que trataremos adiante.

Apesar de ser uma língua orientada para o Tópico, como acabamos de demonstrar, o português, para atender outras necessidades comunicativas, admite estrutura sem Tópico. É o caso de sentenças usadas para introduzir novas entidades no discurso. Esse tipo de estrutura, denominado *construção apresentativa*, representa uma

estratégia de atualização do Destinatário, pois indica a emergência de uma entidade referencial no discurso. Essa entidade terá, então, a função pragmática de Foco, conforme se verifica em (7), uma construção existencial com *haver*, e em (8), com *ter*.

(7) havia **uma contradição muito grande** (Bra87: Economia Sociedade:102)

(8) tem **uma escadaria de pedra** (Bra80: Fazenda:18)

Essas estruturas, ao introduzirem um novo referente no discurso, podem fornecer material de suporte para continuação do discurso, como (7), em que se explicita a seguir a “contradição” apresentada, ou meramente servir para montar o cenário discursivo, como (8), cuja entidade “uma escadaria de pedra” apenas participa da descrição de uma casa.

Outra estrutura que não apresenta Tópico, mas que tem um papel relevante na construção do discurso é a Construção Tética. Esse tipo de estrutura se caracteriza por apresentar um evento, estado ou situação globalmente, constituindo uma unidade entonacional fechada que, ao descrever uma situação, não especifica qualquer elemento como ponto de partida e ponto de vista. Nesse caso, a oração toda é o Foco. Isso permite ao falante sustentar, ampliar ou comentar a linha principal do discurso. As ocorrências em (9) e (10) constituem exemplos desse tipo de estrutura.

(9) caiu tudo abaixo (PT95:Bruxedos:23)

(10) começam a surgir as, as, as ravinas, (Ang97:Guerra e Ambiente:15)

Esses são casos típicos de posposição do sujeito, ordem inversa ou estrutura VS, geralmente tratada no ensino apenas quando se aborda a concordância verbal, principalmente quando o sujeito é composto, como o faz Cereja e Magalhães (2002), com os exemplos descontextualizados em (11) e (12).

(11) **Corria**, no quintal, o cachorro, o gato e a galinha. (Cereja; Magalhães, 2002)

(12) **Corriam**, no quintal, o cachorro, o gato e a galinha. (Cereja; Magalhães, 2002)

Como fica claro, as construções apresentativa, tética e categorial de Tópico correspondem a três diferentes estratégias discursivas utilizadas pelo Falante para atingir objetivos comunicativos distintos. Construções de Tópico, por conterem informação que pode ser inferida do contexto ou informação que pode ser ativada na

memória episódica dos interlocutores, participam da porção discursiva que leva o discurso para frente, ou seja, constituem orações de Figura<sup>2</sup> (Hopper; Thompson 1980). Corresponde ao que os autores denominam “ordem direta”. As construções apresentativa e tética, que correspondem ao que os autores denominam “ordem inversa”, por outro lado, pertencem à porção de Fundo, uma vez que, respectivamente, contribuem para a descrição ou montagem do cenário discursivo, ou sustentam, ampliam, comentam a linha principal do discurso.

### **3. Ordem e “Mudança de sentido”**

De modo geral, os autores chamam a atenção para os efeitos de sentido que “a alteração da ordem” pode causar: ênfase e mudança de sentido. Não esclarecem, no entanto, o que significa *ênfase* e nem *mudança de sentido*. Os exemplos utilizados por Travaglia, Rocha e Arruda-Fernandes (2009) para levar os alunos a refletirem sobre os efeitos que a alteração da ordem pode causar são (13), (14), (15) e (16).<sup>3</sup>

- (13) a) Só João veio à reunião.  
b) João só veio à reunião.  
c) João veio à reunião só.
- (14) a) Tereza é uma mulher nova.  
b) Tereza é uma nova mulher.
- (15) a) José comprou o carro de Paulo.  
b) José comprou de Paulo o carro.
- (16) a) Meu filho não fez isto  
b) Filho meu não fez isto!

Como é possível notar, há vários e distintos aspectos da gramática aí envolvidos. Com exceção de (13)c, em que se tem o adjetivo *só* em função de predicado, e de (15), que trata da posição do objeto direto e do indireto, os outros casos envolvem a ordem

---

2 Nos termos de Hopper e Thompson (1980), o material que fornece os pontos principais do discurso, a linha orientadora da comunicação chama-se ‘figura’ (*foreground*). Por outro lado, a parte do discurso que não contribui imediata e crucialmente para os objetivos do falante, mas que apenas sustentam, ampliam ou comentam o aspecto principal são chamadas ‘fundo’ (*background*).

3 No diálogo que estabelecem com o professor (escrita em azul, na margem da página), além de dar a resposta solicitada, eles o orientam sobre tais efeitos de sentido: ênfase, mudança de sentido.

dentro do **sintagma**. Em (13)a e b trata-se do uso da partícula *só*, geralmente entendida como um expletivo; em (14) e (16) o tema tratado é a posição do adjetivo e do pronome, respectivamente, em relação ao núcleo substantivo. Vamos por partes, já que cada caso envolve motivações diferentes.

À questão da ordem dentro da oração, em (13)c – *João veio à reunião só* – e (15)a e b – *José comprou o carro de Paulo. José comprou de Paulo o carro* –, já abordada na seção anterior, pode-se acrescentar o seguinte. A posição do adjetivo *só*, em (13)c, é determinada por motivação pragmática, uma vez que constitui o segundo predicado de uma estrutura de predicado verbo-nominal, sendo então a informação nova, ou seja, o **Foco**, o que o leva para a posição final da sentença. A mesma razão leva o objeto direto para a última posição em (15)b.

Na ordenação dentro do sintagma em (13)a, (14) e (16), por outro lado, estão envolvidas três questões distintas: a função pragmática Contraste (em *Só João veio à reunião* e *João só veio à reunião*), o modificador atitudinal (em *Tereza é uma nova mulher*) e a Ênfase (em *Filho meu não fez isto!*).

### 3.1 Ordem e função pragmática Contraste

A função pragmática Contraste<sup>4</sup>, ao lado de Foco e de Tópico, indica o desejo do Falante de assinalar diferenças entre um ou mais conteúdos comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e informações contextualmente disponíveis, seja no cotexto seja na situação discursiva.

Operadores como *apenas* e *só* são utilizados pelo Falante para corrigir a informação pragmática do Destinatário, ao restringir um conjunto de itens pressupostos àqueles que considera ser adequados para a posição envolvida. Conforme mostra (13)a – *Só João veio à reunião* –, com o operador *só* o Falante opõe *João* a outras pessoas que poderiam ter participado da reunião. Em (13) b – *João só veio à reunião* –, o Falante restringe a ida de *João* à reunião e não a outro evento qualquer. Possivelmente é a essa diferença de escopo que os autores se referem quando dizem que há “mudança de sentido”. Essa partícula assinala, portanto, o desejo do falante de realçar diferenças particulares entre

---

4 Tanto Ênfase quanto Foco e Contraste envolvem saliência, por isso frequentemente são interpretados como uma única estratégia. Tipologicamente, no entanto, muitas línguas, como o português, distinguem claramente cada um desses conteúdos pragmáticos, conforme ficará claro neste trabalho.

duas informações; em outras palavras marca a função pragmática Contraste Restritivo. Com essa função, *só* se posiciona antes do elemento que escopa, o núcleo dentro do sintagma.

Por outro lado, *sobretudo* e *principalmente* indicam a pressuposição do falante de que o destinatário acredita haver mais de uma informação correta, sendo então sua responsabilidade (do falante) selecionar a mais importante. É o que se percebe em (17), em que o Falante deixa claro, pelo uso de *sobretudo*, que a explosão escolar ocorreu de modo geral em todos os níveis, mas o mais importante foi no nível secundário, e em (18), cujo contraste ocorre entre pessoas *do sexo feminino* e *do sexo masculino*. Nesse caso denomina-se Contraste Seletivo. Assim como *só* e *apenas*, *sobretudo* e *principalmente* posicionam-se antes do elemento escopado, ou seja, na posição inicial do sintagma.

(17) e isso vai-se traduzir numa primeira explosão escolar ***sobretudo no secundário***  
(Ang97:EnsinoAngola:49)

(18) a maioria das:: pessoas ***principalmente do sexo feminino*** ficam grudadas em novela (DID-SP-234:631).

A função Contraste pode ainda ser marcada por *também*. Nesse caso, a intenção do falante é acrescentar uma informação, pois acredita que o destinatário dispõe de uma informação parcial, que necessita ser completada. Trata-se, portanto, de Contraste Expansivo, já que adiciona uma informação a outra pressuposta ou já mencionada. É o que se observa em (19), em que *também* assinala que a banda além de tocar em eventos toca ainda em procissões, e em (20), que não só o Gaspar teve problemas mas também seu pai e sua mãe. Nesse caso, o operador se coloca em posição final do sintagma se este estiver antes do verbo (cf. (19)); e em posição inicial, se o sintagma estiver depois do verbo (cf. (20)). Quando, no entanto, escopa toda a oração, posiciona-se no início da sentença, como em (21).

(19) vocês participam ***também em procissões*** (To-Pr96:Banda:36)

(20) **o pai e a mãe** *também* tiveram; muitos problemas (Ang97:JovemGaspar:91)

(21) *também* aparece a esterilidade (GB95:Aborto:56)

Como se vê, nesses casos o que determina a colocação dos constituintes é o princípio de Preservação de Relações de Escopo, ou seja, escopando a oração, o

operador de Contraste se coloca antes dela, já dentro do sintagma, o operador posiciona-se em torno do seu núcleo, antes ou depois dele, a depender do tipo de Contraste estabelecido.

### **3.2 Ordem e Modificador Atitudinal**

Em (14) – a) *Tereza é uma mulher nova* e b) *Tereza é uma nova mulher* –, a alteração da ordem do adjetivo *nova* dentro do sintagma, indica, para os autores, “mudança de sentido”. Na verdade, a posição antes ou depois do núcleo assumida pelo adjetivo *nova* reflete a intenção do falante, em (14)a, de efetuar uma descrição objetiva do referente *mulher*, uma mulher com pouca idade; já em (14)b, a anteposição do adjetivo ao núcleo revela tratar-se de uma avaliação subjetiva, ou seja, a de indicar uma mulher transformada, independentemente da idade. Trata-se, então, de um modificador atitudinal.

Colocar os modificadores e operadores de conteúdo proposicional à esquerda do núcleo é a maneira de o português, que não dispõe de partículas especiais para isso, indicar avaliações subjetivas, reservando as posições à direita do núcleo para descrições objetivas.

Como se vê, não se tem na verdade “mudança de sentido” mas sim indicação das intenções comunicativas do falante: ser objetivo ou subjetivo.

### **3.3 Ordem e Ênfase**

Os exemplos apresentados por Travaglia, Rocha e Arruda-Fernandes (2009) em (16)a – *Meu filho não fez isto* e (16)b *Filho meu não fez isto!* – trazem outra questão relativa à ordenação de constituintes, a que os autores têm apropriadamente denominado *ênfase*.

Essa categoria pragmática, no entanto, é sempre referida como uma forma de salientar constituintes, sendo muitas vezes confundida com Foco. Entende-se aqui, entretanto, que Ênfase se distingue da função pragmática Foco, e consiste numa

estratégia utilizada pelo Falante para intensificar, por meios lexicais ou gramaticais, um constituinte ou toda a expressão linguística, visando a atingir seus objetivos comunicativos. A intensificação de constituintes oracionais ou de toda oração pode ser indicada por meio de partículas como *ainda*, *já*, *mesmo*, como em (22)a, (23)a, (24)a. Compare as sentenças com suas correspondentes sem a partícula de intensificação, em (22)b, 23(b) e (24)b.

(22)a **ainda** com sol [as ovelhas] já estão encostadas (PT97:SerPastor:88)

(23)a **já** em sessenta e oito houve um surto de escolas, que foram abertas  
(CV95:RaparigasCV:07)

(24)a eu **mesma** levei um susto agora (Bra80:Fazenda:105)

(22)b com sol [as ovelhas] já estão encostadas (PT97:SerPastor:88)

(23)b em sessenta e oito houve um surto de escolas, que foram abertas  
(CV95:RaparigasCV:07)

(24)b eu levei um susto agora (Bra80:Fazenda:105)

Muito comumente, no entanto, a Ênfase pode ser indicada pela posição inusitada que o constituinte assume no sintagma, como em (25). É a essa estratégia de marcação de Ênfase que os autores se referem em (16), com a posposição do pronome possessivo *meu* ao núcleo nominal *filho* (*filho meu*), já que a posição canônica do possessivo é a anterior ao núcleo.

(25) e os filhos ficaram **todos** ricos (PT97:DesportoDinheiro:84)

#### 4. Ordem e pontuação

A relação entre ordenação de constituintes e pontuação encontra-se, de modo geral, no emprego da vírgula. O uso da vírgula, no entanto, é um tanto controverso entre os autores. De acordo com Kanashiro (2006), ela serve para “marcar inversões dos termos da oração”, como em (26) e (27), separando o adjunto adverbial, e (28), separando o objeto indireto. O mesmo autor, entretanto, não a coloca em (29) para separar o sujeito posposto.

- (26) À meia-noite, os últimos convidados chegaram.  
(27) À noite, o trem sempre sai atrasado.  
(28) Ao meu irmão mais velho, meu pai deu um carro zerinho.  
(29) Viajaram às pressas o fidalgo e seu escudeiro.

Faraco e Moura (2003), por seu turno, não separam por vírgula o adjunto adverbial anteposto, em (30). Assim também Travaglia, Rocha e Arruda-Fernandes (2009) não separam o objeto indireto anteposto em (31) e (32), e o sujeito posposto em (33).

- (30) Em uma terra radiosa vive um povo triste.  
(31) A essa dança os irmãos Mawê deram também o nome de Waiperiá.  
(32) A todos os bichos que passavam pelo caminho pedia que a ajudasse.  
(33) e fomos nós esse alguém.

Na verdade, diferentemente do que propõe Kanashiro (2006), constituintes Tópicos não devem ser separados por vírgula, uma vez que pertencem à oração, seja como constituintes argumentais, como *a essa dança* em (31) e *a todos os bichos que passavam pelo caminho* em (32), seja como modificadores, como em *à meia noite* em (26), *à noite* em (27) e *em uma terra radiosa* em (30). O fato de serem constituintes oracionais se reflete na prosódia, sendo então construídos como uma frase fonológica (um sintagma) e não uma frase entonacional independente (uma oração).

Contrariando a tradição gramatical, propomos aqui que os adjuntos adverbiais antepostos, de qualquer extensão, não sejam separados por vírgula, já que são constituintes Tópicos, pertencentes à oração, o que simplifica a regra de emprego da vírgula dada, por exemplo, por Cunha e Cintra (2008: 659-60). Segundo os autores, no interior da oração a vírgula serve para isolar adjunto adverbial antecipado; observam, no entanto, que *quando os adjuntos adverbiais são de pequeno corpo (um advérbio, por exemplo), costuma-se dispensar a vírgula. A vírgula é, porém, de regra quando se pretende realçá-los.*

Uma das dificuldades dos alunos é justamente identificar um constituinte de *pequeno corpo*, já que o autor não oferece nenhum parâmetro para isso, como por exemplo, quantidade de sílaba, complexidade sintática. Um advérbio pode ser curto

como *hoje*, mas pode ser longo como *anteriormente*. Esse tipo de regra mais confunde do que explica o uso de vírgula pelos alunos.

Dessa forma, assim como não se separa, por ser Tópico, o sujeito anteposto do predicado, não se deve separar também qualquer outro constituinte da oração com a função pragmática Tópico, seja objeto direto, objeto indireto ou adjunto adverbial.

Por outro lado, os sintagmas *o fidalgo e seu escudeiro* e *esse alguém*, respectivamente em (29) e (33), devem ser separados por vírgula, pois desempenham uma função retórica<sup>5</sup> no desenvolvimento discursivo. Diferentemente dos anteriores, esses constituintes não pertencem ao ato discursivo (à oração) que os antecede; pelo contrário são atos discursivos distintos, cuja função é adicionar uma informação necessária para a correta interpretação da intenção comunicativa do falante. Esses atos discursivos, como um *afterthought*, corrigem/esclarecem uma informação, considerada pelo falante como não comunicativamente adequada. Nos exemplos dados esclarecem os sujeitos de terceira pessoa do plural e de primeira do plural, respectivamente. Como ato discursivo, correspondem a uma unidade de entonação, com ilocução própria, ou seja, a uma frase entonacional, por isso, na escrita, deve ser destacado do ato discursivo anterior pela vírgula.

A proposta aqui é que a vírgula só deve ser usada para separar constituintes pertencentes a atos discursivos distintos. Sendo assim, na escrita, as sentenças (26) e (27) devem ser grafadas sem vírgula, como em (26)a e (27)a, simplificando a regra da tradição gramatical de que só se separam adjuntos adverbiais antepostos de “grande corpo”. Já (29) e (33) devem ser grafadas com vírgula para separar atos discursivos distintos, como (29)a e (33)a.

(26)a À meia-noite os últimos convidados chegaram.

(27)a À noite o trem sempre sai atrasado.

(29)a Viajaram às pressas, o fidalgo e seu escudeiro.

(33)a e fomos nós, esse alguém.

---

5 A Retórica fundamentalmente se relaciona aos modos pelos quais os componentes de um discurso são ordenados para a realização da estratégia comunicativa do falante, e também às propriedades formais de enunciados que influenciam o destinatário a aceitar os propósitos do Falante.

## **Considerações finais**

A consulta aos livros didáticos revela que os autores intuem que a colocação de constituintes na sentença está relacionada às intenções comunicativas do falante, uma vez que a relacionam a “mudança de sentido” e “ênfase”. Falta, no entanto, esclarecer o que significa cada um desses aspectos.

Como vimos, “mudança de sentido” relaciona-se tanto à diferença de escopo no uso de operadores de Contraste quanto à atitude proposicional (subjatividade) do falante. No primeiro caso, o que se tem é uma função pragmática, atribuída a um constituinte oracional, com o objetivo de realçar diferenças particulares entre dois ou mais Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e informações contextualmente disponíveis, no cotexto ou na situação discursiva. No segundo caso, trata-se de um modificador de conteúdo proposicional, que se relaciona à especificação de atitudes proposicionais, ou seja, indica o tipo e o grau de comprometimento de um ser racional com o conteúdo proposicional apresentado.

Já “ênfase”, apesar de adequadamente usada pelos autores, não é devidamente definida, o que gera confusão com outras categorias pragmáticas, como a função Foco. Apesar de ambos envolverem saliência, a Ênfase consiste numa estratégia do Falante para intensificar, por meios lexicais ou gramaticais, um constituinte ou toda a expressão linguística para assim atingir seu objetivo comunicativo, enquanto a função pragmática Foco, atribuída a um constituinte oracional, sinaliza a seleção estratégica do Falante de informação nova, ou para preencher uma lacuna na informação do Destinatário ou para corrigir uma informação do Destinatário; em outros termos, constitui uma instrução de atualização do Destinatário.

Funções pragmáticas (contraste e foco), ênfase e modificador atitudinal referem-se a ações linguísticas distintas que obedecem aos propósitos dos falantes.

Todas essas questões impõem que o ensino de gramática considere o discurso como um todo, ou seja, o texto não poder ser apenas o pretexto para o ensino, de onde se extraem sentenças cuja análise ocorre fora do contexto onde estão inseridas. Ensinar gramática considerando o discurso como um todo é que é desenvolver a competência comunicativa do aluno, possibilitando-lhe a reflexão sobre os diversos mecanismos linguísticos disponíveis na língua, que precisam ser mobilizados adequadamente, na compreensão e produção de textos, nas mais diversas situações de comunicação, conforme ditam os PCNs.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Cereja, William Roberto; Magalhães, Thereza Cochar. 2002. *Português: Linguagens*. São Paulo: Atual.

Cereja, William Roberto; Magalhães, Thereza Cochar. 2003. *Gramática Reflexiva*. São Paulo: Atual.

Cunha, Celso; Cintra, Lindley. 2008. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Lexikon.

Faraco, Carlos Emílio; Moura, Francisco Marto. 2003. *Gramática Escolar*. São Paulo: Ática.

Hengeveld, Kees; Mackenzie, Lachlan. 2008. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press.

Hopper, Paul.;Thompson, Sandra. 1980. Transitivity in grammar and discourse. *Language* (Baltimore), v.56, n.2, p.251-99.

Kanashiro, Áurea Regina (ed.). 2006. *Projeto Araribá. Português*. São Paulo: Moderna.

Pezatti, Erotilde Goreti. 2014. *A ordem das palavras no português*. São Paulo: Parábola Editorial.

Pontes, Eunice. 1987. *O Tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes.

Travaglia, Luiz Carlos; Rocha, Maura Alves de Freitas; Arruda-Fernandes, Vânia Maria Bernardes. 2009. *A aventura da Linguagem*. Belo Horizonte: Dimensão.

